Sumário

Nota do Autor ix

Apresentação xi

Prefácio xv

1. Introdução 1

2. A Boa-fé 7
   2.2. A boa-fé objetiva no direito brasileiro 11
   2.3. Conceito de boa-fé objetiva e sua distinção da vertente subjetiva 15
   2.4. Aspectos gerais da boa-fé objetiva: princípio, cláusula geral e conceito jurídico indeterminado 21
   2.5. A visão contemporânea do princípio da autonomia privada e a evolução do princípio da boa-fé 31
   2.6. A ética e a boa-fé objetiva 45

3. Fundamentos Constitucionais para o Direito Civil Contemporâneo 51

4. Tríplice Função da Boa-fé Objetiva 59
   4.1. A função interpretativa 61
   4.2. A função integrativa 64
   4.3. A função limitadora 79

5. A Tutela da Confiança 85

6. Da Vedação ao Comportamento Contraditório 97
   6.1. A origem da proibição do comportamento contraditório 97
   6.2. Aspectos gerais da teoria dos atos próprios 100

7. Os Institutos da *Surrectio* e da *Suppressio* 113
   7.1. Histórico 113
   7.2. Conceito e fundamento normativo 116
   7.3. Pressupostos da *surrectio* e da *suppressio* 128
      7.3.1. Introdução 128
      7.3.2. O *factum proprium* – conduta inicial reiterada 131
      7.3.3. A confiança justificada pelo decurso do tempo 134
      7.3.4. O comportamento contraditório 143
      7.3.5. Os prejuízos causados – o segundo comportamento deve piorar a situação do sujeito 147

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.3.6. A identidade dos sujeitos 148
7.4. Efeitos da *surrectio* e da *suppressio* 150
7.4.1. Modificação da relação jurídica 150
7.4.2. Impedimento da conduta contraditória 151
7.4.3. Reparação do dano causado pela conduta contraditória e seu desfazimento 152

8. *Surrectio* e *Suppressio*: Distinção de Institutos Correlatos 157
8.1. *Venire contra factum proprium* 157
8.2. *Exceptio doli* 165
8.3. *Tu quoque* 167
8.4. Novação e a *surrectio* 172
8.5. Prescrição, decadência, preclusão e a *suppressio* 175
8.6. Renúncia tácita e a *suppressio* 180
8.7. A figura do *estoppel* 182

9. Acórdãos Relevantes Sobre o Tema 187
9.1. A *suppressio* e a demora desleal no exercício de direitos 187
9.2. Aplicação da teoria dos atos próprios no direito público 190
9.3. A *suppressio* e as relações condominiais 194
9.4. A *surrectio* e o inadimplemento contratual 200
9.5. A *surrectio* e a obrigação de dar alimentos 209
9.6. A *surrectio* e o direito societário 212
9.7. Incidência implícita da *surrectio* e da *suppressio* 214

Considerações finais 217

Bibliografia 221

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br